

ANAIS
DA
CÂMARA DOS SRS. DEPUTADOS
DO
IMPÉRIO DO BRASIL

QUARTA SESSÃO DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

DE 27 DE ABRIL A 2 DE JUNHO DE 1884

VOLUME I

RIO DE JANEIRO
TYPOGRAPHIA NACIONAL

1884

ÍNDICE ¹

Atas: págs. 114, 233, 282 e 408.

Expediente:

Durante esta sessão a Câmara tomou conhecimento do seguinte:

Ofícios:

- Do Ministério do Império, pág. 6.
- Do Ministério da Justiça, pág. 3.
- Do Ministério da Guerra, pág. 4.
- Do Ministério da Marinha, pág. 1.
- Do Ministério da Fazenda, pág. 10.
- Do Ministério dos Estrangeiros, pág. 1.
- Do Ministério da Agricultura, pág. 4.
- Do Senado, pág. 30.
- De presidentes de províncias, pág. 7.
- De deputados, pág. 8.
- De diversas procedências, pág. 7.

Propostas do Poder Executivo, pág. 3.

Relatórios, pág. 7.

Projetos apresentados por comissões, pág. 4.

Projetos de lei, pág. 1.

Projetos apresentados por deputados, pág. 4.

Pareceres de comissões, pág. 18.

Redações, pág. 7.

Representações, pág. 8.

Requerimentos apresentados por deputados, pág. 12.

Requerimentos apresentados por diversos, pág. 57.

Interpelações, pág. 1.

Declarações, pág. 1.

Indicações, pág. 1.

Propostas do poder executivo:

Da despesa e da receita para o exercício de 1885-1886. Apresentada na sessão de 8 de maio e remetida à comissão de orçamento, pág. 62.

Fixando as forças de terra para o exercício de 1885-1886. Apresentada na sessão de 6 de maio e remetida à comissão de marinha e guerra, pág. 26.

Fixando as forças de mar para o exercício de 1885-1886. Apresentada na sessão de 6 de maio e remetida a comissão de marinha e guerra, pág. 26.

Relatórios:

Da agricultura, lido pelo respectivo ministro na sessão de 7 de maio e remetido a comissão de orçamento, pág. 37.

Da fazenda, lido pelo respectivo ministro na sessão de 8 de maio e remetido a comissão de orçamento, pág. 71.

Da justiça, lido pelo respectivo ministro na sessão de 13 de maio e remetido à comissão de orçamento, pág. 136.

¹ O texto dos índices foi digitado e não houve conferência do trabalho. Foi feita também a conversão para a ortografia atual. Os índices originais poderão ser consultados no corpo dos respectivos anais.

Da guerra, lido pelo respectivo ministro na sessão de 12 de maio e remetido à comissão de orçamento, pág. 126.

Do Império, lido pelo respectivo ministro na sessão de 14 de maio e remetido à comissão de orçamento, pág. 175.

Dos estrangeiros, lido pelo respectivo ministro na sessão de 14 de maio e remetido à comissão de orçamento, pág. 175.

Da marinha, lido pelo respectivo ministro na sessão de 6 de maio e remetido à comissão de orçamento, pág. 27.

Projetos de lei:

CASAMENTO CIVIL

Apresentado pelo Sr. Ministro do Império em nome do poder executivo, na sessão de 7 de maio e remetido às comissões de justiça civil e negócios eclesiásticos, pág. 43.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Apresentado pelo Sr. Ministro do Império em nome do poder executivo na sessão de 7 de maio e remetido as comissões de câmaras municipais, assembleias provinciais e de constituição e poderes, pág. 45.

Projetos:

N. 1 de 1884 – Do Sr. Escragnolle Taunay sobre locação de serviços. Apresentado, justificado e remetido à comissão de justiça civil na sessão de 6 de maio, pág. 17.

N. 2 de 1884 – Idem relativo as avaliações e vendas dos serviços dos indígenas. Apresentado na sessão de 7 de maio e remetido à comissão de justiça civil, pág. 35.

N. 3 de 1884 – Dos Srs. Leopoldo de Bulhões Jardim e Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim autorizando favores ao patrimônio da igreja de Nossa Senhora do Carmo da Villa Bella de Morrinhos, na província de Goiás. Apresentado na sessão de 14 de maio e remetido à comissão de fazenda, pág. 144.

N. 4 de 1884 – Da comissão de marinha e guerra sobre forças de mar para o exercício de 1885-1886, pág. 14.

N. 5 de 1884 – Idem sobre forças de terra para o exercício de 1885-1886, pág. 145.

N. 6 de 1884 – Da comissão de resposta à fala do Trono, sobre o referido assunto. Apresentado na sessão de 15, pág. 197.

N. 8 de 1884 – Do Sr. Francisco Sodré relativo à licença ao conselheiro Francisco Rodrigues da Silva. Apresentado na sessão de 26 e remetido à comissão de pensões e ordenados, 289.

N. 9 de 1884 – Da comissão de orçamento relativo a receita geral do Império para o exercício de 1885-1886. Apresentado na sessão de 28 de maio, pág. 364.

Pareceres:

N. 1 de 1884. – Da comissão de constituição e poderes reconhecendo o conselheiro Francisco Antunes Maciel, ministro do Império, como deputado pelo 4º distrito da província do Rio Grande do Sul. Apresentado na sessão preparatória de 28 de abril e aprovado na de 1 de maio, págs. 3 e 10.

N. 2 de 1884. – Idem, reconhecendo o conselheiro Antonio de Almeida Oliveira, ministro da marinha, como deputado pelo 2º distrito da província do Maranhão. Idem, idem, págs. 3 e 10.

N. 3 de 1884. – Idem, reconhecendo o coronel Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim como deputado pelo 1º distrito da província de Goiás. Idem na sessão preparatória de 29 de abril e aprovado na de 2 de maio, págs. 6 e 11.

N. 4 de 1884. – Idem reconhecendo o Dr. Elias Antonio de Moraes, como deputado pelo 7º distrito da província do Rio de Janeiro. Idem, idem, págs. 7 e 11.

N. 5 de 1884. – Da comissão de orçamento relativa a armazenagem das mercadorias depositadas nas alfândegas. Apresentado e aprovado na sessão de 5 de maio, pág. 14.

- N. 6 de 1884. – Da comissão de polícia relativo ao ingresso dos espectadores na Câmara dos Srs. Deputados. Apresentado e aprovado sem debate na sessão de 9 de maio, pág. 94.
- N. 7 de 1884. – Da comissão de constituição e poderes relativos à eleição do 6º distrito da província de Minas Gerais, concluindo pela anulação do 2º escrutínio e o voto separado do Sr. Ratisbona, propondo o reconhecimento do Sr. Dr. Aureliano Martins de Carvalho Mourão. Apresentado na sessão de 19 e 20 e aprovado por 56 votos contra 44 por votação nominal requerida pelo Sr. Ruy Barboza na sessão de 20 de maio, págs. 229 e 253.
- N. 8 de 1884. – Da comissão de pensões e ordenados, sobre a licença ao Dr. Francisco Marques de Araujo Góes. Apresentado e aprovado na sessão de 26 de maio para que se ouça o governo, pág. 288.
- N. 9 de 1884 – Da comissão de pensões e ordenados, sobre a licença ao juiz de direito Aristides Augusto Milton. Apresentado e aprovado na sessão de 26 de maio para que se ouça o governo, pág. 288.
- N. 10 de 1884. – Da comissão de pensões e ordenados, sobre a licença ao cônego Francisco Bueno de Sampaio. Apresentado e aprovado na sessão de 26 de maio para que se ouça o governo, pág. 288.
- N. 11 de 1884. – Da comissão de pensões e ordenados, sobre a licença ao 2º cirurgião Dr. Joaquim Antonio da Cruz. – Apresentado e aprovado na sessão de 26 de maio para que se ouça o governo, pág. 289.
- N. de 1884. – Da comissão de orçamento sobre a receita geral do Império para o exercício de 1884-1885. Apresentado na sessão de 28 de maio, pág.
- N. 12 de 1884. – Da comissão de pensões e ordenados sobre a licença ao conselheiro Dr. Francisco Rodrigues da Silva. Apresentado e aprovado na sessão de 2 de junho, para que se ouça o governo, pág. 410.
- N. 13 de 1884. – Da comissão de pensões e ordenados sobre a licença ao Dr. Alexandre Evangelista de Castro Cerqueira. Apresentado e aprovado na sessão de 2 de junho, para que se ouça o governo, pág. 410.
- N. 14 de 1884. – Da comissão de pensões e ordenados sobre a jubilação do conselheiro Vicente Candido Figueira de Saboia. – Apresentado e aprovado na sessão de 2 de junho, para que se ouça o governo, pág. 410.
- N. 15 de 1884. – Da comissão de pensões e ordenados sobre a licença ao bacharel Antonio Pedro Ferreira Lima. Apresentado e aprovado na sessão de 2 de junho, para que se ouça o governo, pág. 410.
- N. 16 de 1884. – Da comissão de pensões e ordenados sobre a licença ao desembargador Antonio Joaquim Rodrigues. Apresentado e aprovado na sessão de 2 de junho, para que se ouça o governo, pág. 410.
- N. 17 de 1884. – Da comissão de pensões e ordenados sobre os vencimentos de conservadores dos gabinetes de ciências naturais da faculdade de medicina da Corte. Apresentado e aprovado na sessão de 2 de junho, para que se ouça o governo, pág. 410.
- N. 18 de 1884. – Da comissão de pensões e ordenados sobre pensões a:
- D. Joaquina Pinto Pessoa de Mello, viúva do finado juiz de direito bacharel José Rufino Pessoa de Mello;
 - D. Eulalia Fernandes Rego Monteiro, viúva do coronel Joaquim da Costa Rego Monteiro;
 - D. Carlota Joaquina Garcez Palha de Almeida, viúva do major João Antonio Garcez Palha;
 - D. Maria Laura Marques dos Santos, viúva do major reformado do Exército Raymundo José dos Santos.
- Apresentado e aprovado na sessão de 2 de junho, para que se ouça o governo, pág. 411.

Redações:

Para 3ª discussão do projeto n. 111 de 1883, e das emendas aprovadas pela Câmara dos deputados, relativas a proposta do governo que fixa a despesa do Ministério da Agricultura,

Comércio e Obras Públicas para o exercício de 1884-1885. Apresentada na sessão de 16 de maio e publicada na sessão de 17, pág. 216.

Do projeto substitutivo à proposta do governo sobre reforma judiciária, projeto n. 54 A de 1888. Apresentada na sessão de 24 de maio e publicada a 25, pág. 283.

Do projeto n. 7 de 1884. Emendas aprovadas pela Câmara dos Deputados, relativas à proposta do governo, que fixa a despesa do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para o exercício de 1884-1885. Apresentada e aprovada com dispensa da impressão requerida pelo Sr. Affonso Celso Junior, na sessão de 27 de maio, pág. 338.

Para 3ª discussão do projeto n. 113 de 1883. Emendas aprovadas pela Câmara dos Deputados à proposta do governo que abre ao Ministério da Marinha um crédito de 35:643\$666 para aumento da verba – batalhão naval – durante o exercício de 1883-1884. Apresentada na sessão de 27 de maio, pág. 342.

Para 3ª discussão do projeto n. 65 de 1883. Emendas apresentadas na sessão de 24 de maio de 1884. Apresentada na sessão de 27 de maio, pág. 332

Do projeto substitutivo do Sr. Carneiro da Rocha e emendas ao projeto n. 65 de 1883 que altera a legislação tanto no cível como no comercial relativamente as execuções. Apresentada na sessão de 28, pág. 370.

Para 3ª discussão do projeto n. 108 de 1883 e das emendas aprovadas pela Câmara dos deputados, relativas a proposta do governo, que fixa a despesa do ministério dos negócios da fazenda para o exercício de 1884-1885. Apresentada na sessão de 29 de maio, pág. 372.

Interpelações:

Ao Sr. Ministro do Império requerida nos seguintes termos pelo Sr. Mac Dowell;

1.º Pretende o governo continuar a conservar-se impassível, como até agora, diante do grupo de cidadãos da parcialidade liberal, que, na província do Para, arvorou-se ilegalmente em assembleia, sob a direção do coronel da guarda nacional Dr. Vicente Clemente de Miranda; ou está disposto a tomar providências, e quais, na esfera de suas atribuições e sem ofensa do Ato Adicional?

2.º Está o governo resolvido a manter o presidente daquela província, que por culpa sua, há quase um ano, administra, sem lei de meios, e arbitrariamente dispõe dos dinheiros públicos celebrando contratos onerosos para a mesma província, independente de lei que a isso o autorize, e sem consignação de verba orçamentária para execução dos ditos contratos? E solidário com este procedimento do seu delegado?

Apresentada na sessão de 15 de maio e respondida na de 21, pág. 197.

Votação nominal:

Para a votação da 2ª discussão do orçamento da agricultura, a qual foi aprovada por 48 votos contra 44. Requerida e justificada pelo Sr. Andrade Figueira na sessão de 14, pág. 180.

Para a votação do voto em separação do Sr. Ratisbona reconhecendo deputado pelo 6º distrito da província de Minas Gerais o Sr. Dr. Aureliano Martins de Carvalho Mourão, o qual foi aprovado por 56 votos contra 44. Requerida e justificada pelo Sr. Ruy Barboza na sessão de 20 de maio, pág. 253.

Para a votação da conclusão final do projeto n. 54 A (reforma judiciaria). Requerida e justificada pelo Sr. Andrade Figueira na sessão de 21 de maio, pág. 265.

Para a votação da 3ª discussão do orçamento da agricultura, a qual foi aprovada por 57 votos contra 2. Requerida pelo Sr. Candido de Oliveira na sessão de 27 de maio, pág. 336.

Representações:

Dos lavradores da freguesia de S. José de Além Paraíba, província de Minas Gerais, pedindo a criação de leis que lhes garantam contra os libertos e contra a indolência congênita de todos de sua raça. Remetida a comissão de justiça civil.

Justificada e apresentada pelo Sr. Barão da Leopoldina na sessão de 19 de maio, pág. 235.
Da Câmara municipal da cidade de Mar de Espanha pedindo providências de repressão completa aos excessos e perturbações que em nome da causa abolicionista os seus exaltados adeptos têm levantado na praça pública. Remetida à comissão de justiça civil.
Apresentada pelo Sr. Barão da Leopoldina na sessão de 19 de maio, pág. 236.
Dos trabalhadores e operários do serviço braçal das capatazias da alfândega da província de Pernambuco, pedindo pagamento de seus salários atrasados. Idem a comissão de orçamento.
Apresentada e motivada pelo Sr. Peretti na sessão de 29 de maio, pág. 376.
Da mesa da Assembleia legislativa provincial do Pará contra os fatos ocorridos na verificação dos poderes de seus membros. – Idem à comissão de constituição e poderes.
Apresentada no expediente de 30 de abril, pág. 9.
Da Câmara municipal da cidade de Itapetininga, província de São Paulo, pedindo aprovação do privilégio concedido ao engenheiro Gaspar Reshrteiner para a construção de uma estrada de ferro entre a cidade de Uruguaiana no Rio Grande do Sul e a estrada de ferro Sorocabana atravessando as províncias do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo. – Remetida à comissão de comércio, indústria e artes.
Apresentada no expediente de 7 de maio, pág. 34.
Da Câmara municipal da vila de Santa Cruz do Rio Pardo e ofício da presidência da província de São Paulo sob n. 478, de 22 de abril último, sob a criação do lugar de juiz letrado no município da referida vila. – Idem à comissão de orçamento.
Apresentada no expediente de 12 de maio, pág. 113.
Dos empregados da tesouraria de fazenda de Minas Gerais, pedindo que a respectiva repartição seja elevada à categoria de 1ª classe.
Idem à comissão de orçamento e apresentada na sessão de 14 pelo Sr. Candido de Oliveira, pág. 144.
Dos proprietários e moradores nos bairros do Andaraí Pequeno e Tijuca. – Apresentada pelo deputado Soares na sessão de 2 de junho e remetida à comissão de constituição e poderes, pág. 411.

Protesto:

Protesto assinado por 52 deputados sobre fatos ocorridos na sessão de 27 de maio último. Apresentado e justificado pelo Sr. Paulino de Souza na sessão de 2 de junho, pág. 413.

Indicações:

Do Sr. Paulino de Souza – Indico que a comissão de polícia, fixando a inteligência do art. 176 do regimento interno desta augusta Câmara, declare si o mesmo artigo autoriza a proposta de encerramento prévio de 2ª discussão, a que se refere o art. 143 do mesmo regimento.
Apresentada na sessão de 2 de junho e remetida à comissão de polícia, pág. 414.

Declaração de deputados:

Do Sr. Duque-Estrada Teixeira – Declaro que não me achava presente quando se votou a medida relativa à entrada nas galerias e que, portanto, contra ela votaria. Apresentada na sessão de 12 de maio, pág. 118.

Requerimentos apresentados por deputados:

Do Sr. Andrade Figueira pedindo o adiamento da discussão do orçamento da Agricultura, até que fossem distribuídos os relatórios dos ministérios da Agricultura e da Fazenda.
Apresentado, fundamentado e discutido na sessão de 6. Adiada a discussão para a sessão de 7. Encerrada a pedido do Sr. Adriano Pimentel, e rejeitado o requerimento, págs. 32 e 53.

Do Sr. E. Taunay, pedindo informações ao governo acerca das ocorrências havidas no ano passado no Arsenal de Guerra da província de Mato Grosso, de que resultaram, segundo denúncia formal, defraudação para os cofres públicos, e anarquia do serviço público.

Apresentado e aprovado sem debate na sessão de 7, pág. 35.

Do mesmo Sr., pedindo informações ao governo a respeito das correrias dos bugres no sul da província de Santa Catarina, os quais trazem em sobressalto as colônias estabelecidas nas zonas do Tubarão e Araranguá.

Apresentado e aprovado sem debate na sessão de 7, pág. 35.

Do Sr. Ignacio Martins, propondo para que se inscreva na ata um voto de louvor ao Sr. conselheiro Lima Duarte, ex-presidente da Câmara dos Srs. Deputados. Apresentado e aprovado unicamente na sessão de 13 de maio, pág. 130.

Do Sr. Cruz, pedindo ao governo as seguintes informações, por intermédio do ministério do Império:

1.^a Se o governo, recebendo comunicação de não ter sido sancionado o projeto de lei do orçamento, votado pela assembleia legislativa provincial do Pará, em sessão ordinária de 1883, recomendou ao presidente dessa província o imediato emprego do meio legal da convocação extraordinária da mesma assembleia, para resolver sobre as razões de não sanção, aceitando-as para emendar o projeto, ou rejeitando-as para revalidá-lo, nos termos do Ato Adicional?

2.^a Se o presidente do Pará, que então já administrava sem lei de orçamento, satisfizesse imediatamente essa recomendação?

3.^a Em que data a presidência do Pará comunicou ao governo o seu ato de 16 de Abril de 1883, negando sanção ao projeto de orçamento provincial?

4.^a Se o governo teve conhecimento das portarias da presidência do Pará, de 3 de dezembro de 1883, de 6 de janeiro, 6 e 17 de março do corrente ano, prolongando o regime da ditadura, inaugurando a 1 de julho de 1883 até 15 de outubro vindouro?

5.^a Se o governo aprova o procedimento do presidente da província do Pará, deixando de convocar extraordinariamente a assembleia legislativa provincial do biênio findo, no período decorrido de 19 de abril de 1883 a 3 de dezembro do mesmo ano; bem como os adiamentos das sessões extraordinária e ordinária da assembleia legislativa provincial?

Apresentado e justificado na sessão de 14 e adiada a discussão por ter pedido a palavra o Sr. Adriano Pimentel, pág. 174.

Do Sr. Andrade Figueira, pedindo que a emenda da comissão de redação à redação do projeto de reforma judiciária fosse publicada no jornal da casa.

Apresentado, justificado e aprovado na sessão de 26, pág. 289.

Do Sr. Rodrigues Junior perguntando:

1.^o Quantos médicos contratados ainda existem a serviço do ministério da Guerra, e porque não seguiram para substituir os médicos militares, que para este fim foram designados.

2.^o Se já tiveram destino os oficiais designados para praticar nas estradas de ferro do Estado, telégrafos, observatório astronômico, fábrica da pólvora, laboratório pirotécnico do Campinho, e si não, quais os motivos que obstaram o cumprimento dos avisos expedidos para esse fim.

3.^o Quais as gratificações abonadas pelo ministro da Agricultura aos engenheiros militares, que seguiram para os trabalhos de exploração da estrada do Madeira e Mamoré.

Apresentado e justificado na sessão de 26. Adiada a discussão por ter pedido a palavra o Sr. Prisco, pág. 292.

Do Sr. Geminiano, pedindo ao governo, por intermédio do ministério do Império, as seguintes informações:

1.^a Se o governo recebeu participação de ter sido constituída a assembleia provincial de Sergipe, com três cidadãos não eleitos.

2.^a Se o governo entende que, assim constituída a assembleia, são validas as suas deliberações, tomando parte nelas os três cidadãos intrusos.

3.^a Se o presidente da província interveio nas combinações que deram em resultado a depuração de três deputados legitimamente eleitos e diplomados.

4.^a Se o governo aprova o procedimento de tais deputados e a coparticipação que teve o presidente nele.

Apresentado e justificado na sessão de 20. A discussão fica adiada por terem pedido a palavra os Srs. Barão da Estancia e Prado Pimentel, pág. 252.

Do Sr. Soares, pedindo ao governo, pelo ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, informações dos motivos que tem obstado a abertura do tráfego da estrada de ferro Minas e Rio.

Apresentado na sessão de 26 e a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. Candido de Oliveira, pág. 292.

Do Sr. E. Taunay, pedindo informações ao governo sobre as providências tomadas para debelar as febres reinantes na ilha de Santa Catarina e litoral a ela fronteiro, sendo especificados os gastos já feitos e gratificações dadas a médicos e farmacêuticos

Apresentado, lido e apoiado na sessão de 30 de maio, e a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. Silva Mafra, pág. 395.

Do mesmo Sr. pedindo informações sobre as violências sofridas pelo cidadão José Vicente da Silva Telles, no dia 17 de maio corrente, na cidade de Porto Alegre, província do Rio Grande do Sul.

Apresentado, lido e apoiado na sessão de 30 de maio, e a discussão adiada por ter pedido a palavra o Sr. Camargo, pág. 395.

Do Sr. Andrade Figueira:

Requeiro volte a comissão, para reconsiderar a redação (*) e desfazer as incoerências notadas na discussão.

Apresentado na sessão de 30 de maio, discutido e aprovado na sessão de 2 de junho por 53 votos contra 52, págs. 400 e 412.

Requerimentos apresentados por diversos:

De Vicente da Silva Couto, concessionário da estrada de ferro da Barra da Corda à cidade de Carolina, província do Maranhão, pedindo que ao seu requerimento apresentado em 1883 seja adicionado o contrato que junta. – À comissão de comércio, indústria e artes. – Apresentado na sessão preparatória de 2 de maio, pág. 11.

De Guilherme Augusto de Souza Leite e outros agricultores, negociantes e industriais moradores na freguesia de São José do Rio Preto, pedindo a aprovação do projeto que autoriza o prolongamento da estrada de ferro Príncipe do Grão-Pará até aquela freguesia. – À comissão de comércio, indústria e artes. – Apresentado na sessão de 5 de maio, pág. 14.

Da Câmara municipal da cidade do Desterro, capital da província de Santa Catarina, pedindo sejam adotadas providências no sentido da discriminação dos impostos gerais e municipais. – À comissão de orçamento. – Idem, idem.

De D. Joaquina Mathilde das Chagas Lima, filha legítima do falecido marechal do Exército reformado Francisco das Chagas Santos, pedindo lhe seja concedido o meio soldo a que se julga com direito. – À comissão de fazenda. – Idem na sessão de 6 de maio, pág. 17.

De Raymundo Vieira de Castro Delgado Perdigão pedindo pagamento de terras de seu domínio na serra de S. João, província das Alagoas, e que pelo governo foram demarcadas, dívidas em lotes a diversos. – À comissão de fazenda. – Idem na sessão de 6 de maio, pág. 17.

De D. Eulalia Fernandes Rego Monteiro, viúva do coronel Joaquim da Costa Rego Monteiro, pedindo a uma pensão pecuniária. – À comissão de pensões e ordenados. – Apresentado na sessão de 8, pág. 59.

(*) Projeto n. 65 – 1883. Execuções comerciais.

Do cônego Francisco Bueno de Sampaio, capelão-tenente da repartição eclesiástica do Exército, pedindo um ano de licença com todos os vencimentos para tratar de sua saúde. – À comissão de pensões e ordenados. – Idem idem.

De Pedro Luiz de Lemos, maquinista de 3ª classe extranumerário da armada, pedindo ser admitido como maquinista de 3ª classe do quadro do corpo de maquinistas da armada. – À comissão de marinha e guerra. – Idem idem.

Do bacharel Ricardo Decio Salazar, residente na província do Maranhão, pedindo seja determinado por uma lei interpretativa, qual o verdadeiro sentido da disposição do art. 69 da lei de 3 de dezembro de 1841, no intuito de firmar definitivamente direito – À comissão de justiça civil e criminal. – Idem idem.

De Felix Kivakouski, pedindo lhe seja concedido, pelo prazo de 25 anos, o direito de construir e importar casas, prédios, hospitais, barracas, etc., de ferro, pagando direitos de importação como ferro bruto do material que importar, até a quantia de 1.000:000\$ por ano, obrigando-se organizar uma empresa com o capital de 3.000:000\$, em dinheiro ou bens de qualquer natureza. – Às comissões de fazenda e de comércio, indústria e artes. – Idem na sessão de 9, págs. 93 e 94.

Do Dr. Joaquim Antonio da Cruz, 2º cirurgião do corpo de saúde do Exército, pedindo um ano de licença com os vencimentos que lhe competem, para tratar de sua saúde. – À comissão de pensões e ordenados – Idem idem.

De Alipio de Cerqueira Campos, cabo de esquadra reformado do 40º corpo de voluntários da pátria, pedindo melhoramento de reforma no posto de 1º sargento – À comissão de marinha e guerra. – Idem Idem.

Do desembargador da Relação de Cuiabá José da Motta Azevedo Corrêa, pedindo um ano de licença com o respectivo ordenado. – À comissão de pensões e ordenados. – Idem na sessão de 12 de maio, pág. 113.

De José Alves de Souza Camargo, pedindo a decretação de uma lei que de modo terminante, firme as divisões ou limites entre as províncias de Minas e Goiás. – À comissão de estatística. – Idem idem:

De D. Joaquina Pinto Pessoa de Mello, viúva do juiz de direito bacharel José Ruffino Pessoa Mello, pedindo uma pensão. – À comissão de pensões e ordenados. – Idem idem.

De Leopoldo Augusto Passos, contratante do serviço de rebocagem da barra do Rio São Francisco, pedindo a execução do § 23 do art. 7º da lei de orçamento n. 3141 de 31 de outubro de 1882, ampliando-se o prazo para 15 anos, como dispõe o contrato pró-provincial. – À comissão de orçamento. – Idem idem.

Do juiz de direito da comarca de Pedro II, na província do Piauí, bacharel Aristides Augusto Milton, pedindo um ano de licença com ordenado. – À comissão de pensões e ordenados. – Idem na sessão de 13 de maio, pág. 129.

De Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro e outros, residentes em Sergipe, pedindo providências a fim de que seja levantado o sequestro movido pelo tesoureiro da mesma província contra os bens dos suplicantes. – À comissão de fazenda. – Idem na sessão de 14 de maio, pág. 141.

De Belarmino Accioli de Vasconcellos, alferes reformado do Exército, pedindo melhoramento de reforma com o soldo por inteiro. – À comissão de marinha e guerra. – Idem idem.

De D. Marianna de Freitas, residente em Sergipe, pedindo que lhe sejam restituídas as quantias recebidas nos cofres da tesouraria da mesma província em virtude de sequestro. – À comissão de fazenda. – Idem idem.

De Luiz Malafaia e Antonio Pinto Moreira, negociantes matriculados na praça do Rio de Janeiro, pedindo autorização legislativa para, por si ou por meio de companhia que se comprometem a organizar e mediante certos favores, introduzirem a colonização e facilitarem a imigração. – À comissão de comércio e orçamento. – Idem na sessão de 15 de maio, pág. 196.

Do padre Norberto da Costa Athayde, vigário colado da freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte Verde, em São Fidelis, província do Rio de Janeiro, pedindo dispensa da presunção, a fim de

poder receber as côngruas a que tem direito, desde 1863. – À comissão de fazenda. – Idem idem.

Do major de engenheiros Dyonisio Evangelista de Castro Cerqueira, por procuração de seu irmão o Dr. Alexandre Evangelista de Castro Cerqueira, lente substituto da faculdade de medicina da Bahia, pedindo um ano de licença, com os ordenados, a fim de poder concluir os estudos encetados na Europa. – À comissão de pensões e ordenados. – Idem idem.

Do Dr. Antonio Victorino Alves do Sacramento Black, pedindo um auxílio pecuniário para publicação da obra de sua lavra *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. – À comissão de instrução pública. – Idem idem.

Do Dr. Francisco Marques de Araujo Góes, professor vitalício do colégio de Pedro II, pedindo um ano de licença com vencimentos. – À comissão de pensões e ordenados. – Idem na sessão de 16 de maio, pág. 216.

De Ignacio Alves da penha, ex-sargento ajudante da extinta companhia de aprendizes artífices do arsenal de marinha da corte, pedindo sua reforma naquele posto com vencimentos correspondentes. – À comissão de marinha e guerra. – Idem idem.

De Dyonisio Gonçalves Martins e outro, propondo-se organizar uma Associação Colonial Emancipadora – e, para esse fim, pedindo a garantia de juros de 6% ao ano sobre o capital de 10.000:000\$, durante 25 anos, e outros favores. – Às comissões de orçamento e de comércio, indústria e artes. – Idem idem.

Do bacharel Antonio Pedro Ferreira Lima, juiz de direito da comarca de Igarapé-mirim, na província do Pará, pedindo um ano de licença com ordenado. – À comissão de pensões e ordenados. – Idem idem.

Da Viúva Pinto & Filho, reclamando pagamento da importância que lhes é devida, pela publicação dos Anais anteriores a 1857. – À comissão de polícia. – Idem idem.

De Francisco de Paula da Fonseca Barros, pedindo dispensa de idade para se poder matricular na faculdade de direito de São Paulo. – À comissão de instrução pública. – Idem na sessão de 17 de Maio, pág. 234.

De Manoel Mascarenhas Paraguassú e outros, filhos do falecido capitão de voluntários Antonio Ferreira Mascarenhas Paraguassú, pedindo reversão em seu favor do soldo e pensão que percebia sua mãe também falecida, D. Francisca Rosa de Alvim Paraguassú. – À comissão de fazenda. – Idem idem.

De José Ferrari, pedindo um auxílio pecuniário para a impressão de um catecismo, de que é autor. – À comissão de instrução pública e orçamento. – Idem na sessão de 19 de maio, pág. 237.

De Manoel Francisco da Silva, carcereiro da cadeia da cidade da Feira de Sant'Anna, na Bahia, pedindo aumento de vencimentos. – À comissão de pensões e ordenados. – Idem idem.

Do conselheiro Vicente Candido Figueira de Saboia, pedindo a sua jubilação, com todos os vencimentos, como lente da 1ª cadeira de clinica cirúrgica. – À comissão de pensões e ordenados. – Idem idem.

Dos fiéis de armazém da alfândega de Santos, pedindo que seus vencimentos sejam equiparados aos dos segundos escriturários. – À comissão de pensões e ordenados e orçamento. – Idem na sessão de 20 de maio, pág. 244.

De José Nogueira Jaguaribe, pedindo que se considerem válidos para a sua matrícula no curso de ciências físicas e naturais da escola politécnica, os exames de ciências naturais feitos na faculdade de medicina. – À comissão de instrução pública. – Idem idem.

Do bacharel Paulo José Pereira, coronel de engenheiros pedindo que seja, de preferência, tomada em consideração a sua proposta sobre imigração e colonização apresentada em 24 de abril de 1882 e remetida às comissões de colonização e fazenda. – Às comissões de colonização e de fazenda. – Idem idem.

Da Câmara municipal de vila do Arez, do termo do Papary, da província do Rio Grande do Norte, pedindo lhe seja concedida para seu patrimônio uma légua de terra, na qual se acha edificada aquela vila. – À comissão de fazenda. – Idem na sessão de 21 de maio, 262.

De D. Carlota Joaquina Garcez Palha de Almeida, viúva do major João Antonio Garcez Palha de Almeida, pedindo a concessão de uma pensão, para si e suas duas filhas. – À comissão de pensões e ordenados. – Idem idem.

Da confraria de Nossa Senhora do Amparo da cidade de Goiana, província de Pernambuco, pedindo concessão de uma loteria para auxílio da conclusão das obras da igreja onde funciona a referida confraria. – À comissão de fazenda. – Idem idem.

Do diretório do Club Agrícola Comercial do Rio Pardo, termo da Leopoldina, província de Minas Gerais reclamando providências contra a propaganda abolicionista. – À comissão de justiça civil. – Idem na sessão de 26 de maio, 288.

Do desembargador Antonio Joaquim Rodrigues da Relação de Cuiabá, pedindo um ano de licença com o respectivo ordenado, para tratar de sua saúde. – À comissão de pensões e ordenados. – Idem idem.

De Manoel Pereira Dias, ex-coletor das rendas gerais da vila de Sant'Anna do Parahyba, província de Mato Grosso, pedindo pagamento de quantias em que ficou alcançado para com a fazenda nacional. – À comissão de fazenda. – Idem idem.

De D. Maria Laura Marques dos Santos, viúva do major reformado do Exército Raymundo José dos Santos, pedindo a concessão de uma pensão. – À comissão de pensões e ordenados. – Idem na sessão de 27 de maio, pág. 320.

De João Teixeira Alves e outros, conservadores dos gabinetes de ciências naturais da faculdade de medicina do Rio de Janeiro, pedindo que seus vencimentos sejam equiparados aos dos empregados de idêntica categoria da escola politécnica. – À comissão de pensões e ordenados. – Idem idem.

De Firmino Jorge da Rocha, ex-almojarife do arsenal de guerra, pedindo lhe sejam pagos integralmente os seus ordenados desde 27 de junho de 1866 até 4 de novembro de 1881. – À comissão de pensões e ordenados. – Idem idem.

Da comissão das loterias do monumento do Ipiranga, pedindo para que as loterias destinadas àquele fim possam ser vendidas em todo o Império e na Corte. – À comissão de fazenda. – Idem na sessão de 29 de maio, pág. 371.

Do major José Joaquim Coelho, pedindo a sua passagem para o corpo de estado, maior de 2ª classe. – À comissão de marinha e guerra. – Idem idem.

De Brazilino Augusto Lumachi de Mello, pedindo que reverta a seu favor a parte da pensão que percebe seu filho José, logo que este se torne maior. – À comissão de pensões e ordenados. – Idem idem.

Do Dr. Candido Alves Mourão, do Valle, pedindo que na forma do art. 111 dos estatutos da escola politécnica, se lhe conceda o auxílio pecuniário necessário para aperfeiçoar os seus estudos na Europa. – À comissão de orçamento. – Idem idem.

De Manoel Epaminondas Barreto, pedindo para fazer exame das matérias do 1º ano da escola de marinha. – À comissão de instrução pública. – Idem idem.

De Luiz do Rego Barros, carcereiro da cadeia da vila do Salgueiro da província de Pernambuco, pedindo aumento de vencimentos. – À comissão de pensões e ordenados. – Idem idem.

De Antonio José da Costa Brandão, alferes do corpo de estado-maior de 2ª classe, pedindo que, em virtude das leis ns. 1143 de 11 de setembro de 1861 e 1220 de 20 de julho de 1804, seja o suplicante promovido ao posto de tenente do mesmo corpo; contando-se a sua antiguidade de 14 de maio de 1881, data em que foi prejudicado. – À comissão de marinha e guerra. – Idem na sessão de 30, pág. 395.

De Antonio Paes de Sá Barreto, alferes honorário do Exército, pedindo se façam efetivas as vantagens garantidas pelo decreto n. 3371 de 7 de janeiro de 1865, concedendo-se lhe o soldo da sua patente ou uma pensão. – À comissão de marinha e guerra. – Apresentado na sessão de 31 de maio, pág. 409.

De Francisco Manoel da Costa Pereira, capitão honorário do Exército, pedindo uma pensão. – À comissão de pensões e ordenados. – Idem idem.

Do alferes honorário do Exército Francisco Pereira da Cunha, pedindo pagamento do soldo de sua patente durante o tempo que serviu adido no extinto depósito de recrutas da província de Pernambuco. – À comissão de marinha e guerra. – Idem na sessão de 2 de junho, pág. 410.

De alferes Machado Guimarães, pedindo ser matriculado no 1º ano da faculdade de medicina da Corte, considerando-se válidos os preparatórios feitos na universidade de Coimbra. – À comissão de instrução pública. – Idem idem.

Oradores:

A

Affonso Penna, págs. 18, 140.
Andrade Figueira, págs. 37, 61, 74, 114, 121, 188, 204, 268, 289, 293, 304, 326, 359, 387, 396.
Aristides Spinola, págs. 294, 376.
Almeida Nogueira, pág. 390.
Affonso Celso Junior, págs. 53, 289, 381.
Antonio de Siqueira, págs. 257, 363, 415.
Antonio Pinto, págs. 94, 221, 409.
Alvaro Caminha, pág. 201.
Araujo Pinho, pág. 241.

B

Barão do Guahy, pág. 125, 204, 227.
Bezerra de Menezes, pág. 232.
Barão da Leopoldina, pág. 234.

C

Candido da Oliveira, págs. 32, 58, 203, 129, 144, 175, 289, 390, 399.
Carneiro da Cunha, págs. 115, 136, 254, 292.
Carneiro da Rocha, págs. 385, 387.
Cantão, pág. 419.

D

Duque Estrada Teixeira, págs. 24, 120, 392.

E

Escragnoille Taunay, págs. 17, 382, 409, 412.

F

Franco de Sá (*senador, ministro da guerra*), pág. 405.
F. Belisario, págs. 57, 60.
Ferreira Vianna, pág. 214.
Fernandes de Oliveira, pág. 294.
Francisco Sodré, pág. 332.

G

Geminiano, pág. 248.

Gomes de Castro, pág. 348.

L

Lafayette, (*senador, presidente do conselho*), págs. 181, 208, 296.

Lourenço de Albuquerque, págs. 23, 185, 214, 322, 390.

M

Moraes Jardim, pág. 142.

Moreira de Barros, pág. 27.

Martim Francisco Filho, pág. 332.

Matta Machado, págs. 58, 116, 128, 337, 348, 389.

Martim Francisco, pág. 79.

Maciel, págs. 100, 132, 281.

Mac-Dowell, págs. 121, 174, 176, 278.

Mafra, pág. 132.

Manoel Portella, págs. 204, 381, 412.

O

Olimpio Valladão, págs. 377.

P

Paulino de Souza, págs. 17, 178, 204, 259, 343, 389, 391, 413.

Penido, págs. 59, 242, 244.

Peretti, pág. 127.

Prisco Paraizo, págs. 71, 132, 183, 205, 320, 377.

Prado Pimentel, pág. 230.

Pereira da Silva, pág. 401.

R

Rodrigues Junior, págs. 19, 118, 181, 289.

Ruy Barboza, págs. 59, 242, 345.

Ratisbona, págs. 22, 35, 128, 184, 224, 229, 379.

Rodrigues Peixoto, págs. 111, 205.

S

Soares, págs. 58, 378, 411.

Severino Ribeiro, págs. 130, 231, 262, 414.

T

Thomaz Pompeo, pág. 198.

U

Ulysses Vianna, pág. 333.

W

Werneck, pág. 57, 83.

Z

Zama, págs. 229, 237, 329, 414.